

No vigésimo sexto dia do mês de Agosto do ano de 2022, às 09:30, em formato híbrido, 1 presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar (Ala B) e virtualmente por meio do link 2 meet.google.com/kgt-pzvm-odp deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual 3 de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual — COPEAS. Fizeram-se presentes as 4 5 Representantes Governamentais: Carla Konieczniak Aguiar (SESA); Rosineide Frez (SEED); Salete das Brotas Ferreira (DPCA/SEJUF); Sociedade Civil: Véra Lucia 6 7 Stadler (Associação Fênix); Regina Rempel (Instituto Construindo Um Lar Seguro); Edna Sigueira (Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança); Carmen Regina 8 9 Ribeiro (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais Direitos Reprodutivos/Regional Paraná); Gisele Martinazzo (Instituto Inocência); 10 Belarmino (ACTEP); Érica Soumaili Pelloi (Sistema de Apoio a Saúde São Rafael); 11 Convidadas/Colaboradoras: Andréia Corat (SEJUF/DEDIF); Mariana (NUDEM/DPPR); 12 13 Nádia de Oliveira (CRAM). Justificativas de Ausência: Paula justificou sua ausência devido a uma viagem pelo trabalho. 1. Abertura: Inicialmente, Andreia saudou a todas 14 (os) e informou que a reunião estava sendo gravada para transcrição da ata. 2. 15 16 Aprovação das pautas: Andreia indagou se haviam alterações ou inclusões. Não houve e a pauta foi posta em aprovação — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. 3. 17 18 Aprovação da ata de Julho: Andreia informou que a ata foi previamente encaminhada 19 para todas (os) e colocou-a em aprovação — sem ressalvas, a ata foi aprovada por 20 unanimidade. 4. Minuta do Regimento Interno: Dando continuidade a pauta, Carmen 21 indagou para Carla sobre o documento trazido na última reunião — na qual ela estava 22 ausente. Carla respondeu que o documento trazia que a discussão sobre a terminologia 23 havia sido feita em 2019 com o grupo que elaborou o Decreto de regulamentação do Conselho. Em seguida, Carmen listou que os 03 tópicos pendentes — conforme sua 24 leitura da ata — eram: o Decreto e a Lei que afetam o Regimento Interno; Criação do 25 26 Fundo de Combate à Violência Sexual; e a impossibilidade das Conferências, pois não 27 existem Conselhos Municipais/Federais semelhantes. Em relação às Conferências, 28 Carmen indicou que estas podem mobilizar outros órgãos e instituições que atuam na 29 área, não somente conselhos. <u>5. Criação de Grupo de Trabalho:</u> Em relação aos 30 levantamentos que a Sandra faria, Carmen sugeriu que a Secretaria-Executiva entre em 31 contato com ela para obter essas informações imprescindíveis para prosseguimento da 32 revisão do Regimento Interno. Em complementação à proposta, Carmen sugeriu a criação



33 de um Grupo de Trabalho — com a participação da Sandra e da Carla — que discutiria as questões referentes ao Regimento Interno e traria para a próxima reunião somente 34 35 para apreciação e aprovação. A proposta supracitada foi posta em votação e aprovada por unanimidade. A composição do GT foi definida — e aprovada — da seguinte forma: 36 37 Carmen; Sandra; Carla; Andreia e Evlin. 6. Apresentação da SESA sobre a atenção à saúde das pessoas em situação de violência sexual: Carla realizou a apresentação 38 com o seguinte título "ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO 39 40 DE VIOLÊNCIA SEXUAL" que foi produzida a partir de uma solicitação de que a SESA 41 começasse a trabalhar no COPEAS o que cada área e secretarias executam e atuam dentro da atenção as pessoas em situação de violência sexual. Em sua apresentação, 42 Carla informou que trabalha na Secretaria de Estado da Saúde na Divisão de Promoção 43 44 da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais, esta que é responsável no Estado por organizar, 45 propor e monitorar as políticas de atenção às pessoas em situação de violência, 46 promovendo a vigilância de acidentes e violências, o programa Vida no Trânsito e o 47 Núcleo de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz apoiando as cidades com Núcleos Municipais de Prevenção à Violência. A equipe da divisão é 48 composta por 04 pessoas, com a Carla na chefia da divisão, uma Psicóloga, uma 49 50 Enfermeira e uma Médica. A divisão trabalha em conjunto com as Regionais de Saúde — 51 04 Macrorregionais e 22 Regionais. Em seguida, Carla explicou que — trechos em itálico 52 foram retirados dos slides da apresentação — os princípios do SUS refletem um olhar 53 inclusivo, solidário e democrático, todo sistema de saúde no Brasil é construído sobre valores intimamente associados à cultura de paz. As violências constituem um dos 54 55 maiores desafios das políticas públicas no Brasil, apresentando-se como um fenômeno de conceituação complexa, multicausal, se manifestando de diferentes formas e tipologias, 56 desde a intimidação, agressões até o homicídio, incluindo a violência sexual e psicológica. 57 As expressões da violência são as mais diversificadas e estão presentes nas relações 58 59 interpessoais, nos espaços familiares, institucionais e comunitários (FIOCRUZ, 2020). As 60 causas externas que compreendem as violências e os acidentes, são a primeira causa da 61 mortalidade da população jovem no país. (Atlas da Violência, 2020). Carla indicou que na 62 Saúde é utilizada a Classificação das Violências da Organização Mundial de Saúde 63 (OMS) que traz 03 tipos de violência: Autoprovocada — violência dirigida pela pessoa 64 contra si mesma (suicídio, tentativa de suicídio, autolesão); Interpessoal — violência nas



relações (violência intrafamiliar, comunitária); Coletiva — violência no âmbito da 65 sociedade (qualquer distinção, exclusão ou restrição que tenha o propósito ou efeito de 66 67 anular ou prejudicar o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais). Em 68 seguida, Carla apresentou um pouco mais sobre a Violência Sexual, esta que possui um 69 conceito amplo e complexo, apresentando diversos tipos e classificações. Definição 70 contida no Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada — VIVA 71 (BRASIL, 2016a), que considera violência sexual como: [...] qualquer ação na qual uma 72 pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, 73 intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra 74 pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de 75 interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, 76 vingança ou outra intenção (BRASIL, 2016a, p. 58). Os principais tipos de violências 77 sexuais abordadas no Instrutivo VIVA são: Assédio Sexual; Exploração Sexual; Pornografia Infantil e Estupro. Carla indicou que na atenção integral das pessoas em 78 79 situação de violências conhecer o cenário epidemiológico, bem como o território é 80 importante a fim de elaborar estratégias prioritárias como foco na proteção e promoção da saúde. Em seguida, Carla apresentou uma 'fotografia' do Cenário da Violência Sexual no 81 82 Paraná em 2021 que é produzido a partir do Sistema de Informação de Agravos de 83 Notificação (SINAN) que utiliza a Ficha de Notificação de Violência Interpessoal 84 Provocada para coletar os dados e informações. Quanto ao Cenário da Violência Sexual 85 no Paraná, em 2021, foram notificados 35.206 mil casos de violência interpessoal e 86 autoprovocada no sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Destes, 87 3.559 mil são referentes a registros de casos de violência sexual (assédio sexual, estupro, pornografia infantil. exploração sexual, entre outros). 2.131 casos de estupro — 88 equivalente a 60% dos registros de violência sexual no SINAN em 2021. Dentre os casos 89 de Estupro: 88% (1.880 casos) foram do Sexo Feminino; 65% Na Residência; 1º Lugar — 90 10 a 14 anos (30%); 2º Lugar — 20 a 39 anos (21%). Carla complementou que nesse 91 92 sistema não foi notificada a mortalidade — que utiliza a Declaração de Óbito e outro 93 sistema. As Redes de Atenção à Saúde (RAS) são arranjos organizacionais interligados 94 por meio de Pontos de Atenção à Saúde; Locais onde são ofertados serviços de saúde 95 que determinam a estruturação dos pontos de atenção, sendo que as ações e serviços de 96 saúde é proporcionada de acordo com a condição de saúde do usuário, demandas da



97 região e a complexidade requerida. Ressalta-se que na RAS o centro de comunicação é a Atenção Primária à Saúde (APS), sendo esta ordenadora do cuidado e constituindo a 98 99 porta de entrada preferencial do sistema de saúde, em especial do SUS. Diante da magnitude das violências a intervenção requer atuação multidisciplinar e interdisciplinar, o 100 101 processo de trabalho deverá ser desenvolvido de forma transversal e em rede, não somente o âmbito da sociedade. Cláudia apresentou o Protocolo de Atenção Integral à 102 103 Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual, que definiu como aspectos do atendimento: Identificação; Acolhimento; Atendimento; Notificação; Cuidados e Proteção; 104 105 Continuidade do Cuidado. Este protocolo teve contribuições das Áreas Técnicas da SESA, LACEN/PR, CEMEPAR/PR, SESP/IML, SMS Curitiba, HURNP/UEL, CHC/UFPR, 106 NUDEM/DP e a OAB/PR. Em seguida, na Figura 3 da apresentação, continha as 107 108 seguintes informações das Etapas da Atenção à Pessoa em Situação de Violência 109 Sexual: Acolhimento; Anamnese e o Exame Físico; Exames Clínicos e Ginecológicos; Registro e Coleta de Vestígios de Violência Sexual; Notificação no SINAN; Profilaxias 110 HIV, IST's, Hepatite B; Contracepção de Emergência; Exames Complementares; 111 Acompanhamento Social e Psicológico; Seguimento; Situações de Gestação decorrente 112 de violência sexual informar sobre os direitos e encaminhar ao serviço de referência para 113 114 interrupção de gravidez prevista em lei; \*Hepatite C não existe profilaxia, mas é 115 importante a investigação devido ao risco de contaminação. Durante a apresentação, 116 Carla destacou que no Estado do Paraná há um termo de cooperação técnica com o IML 117 em 2020 — tendo uma parceria ainda mais antiga —, em que os peritos do IML — onde 118 há serviços de referência — se deslocam para fazer a coleta de vestígios, não 119 necessitando a vítima transitar e ser revitimizada. Carla também apresentou o 'Fluxograma de Notificação' e as diferenças e significados da 'Comunicação Interna X 120 Interna', além disso, um mapa com a Distribuição dos Serviços de Referência para 121 Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Segundo Regional de 122 Saúde, Paraná, 2020. Esta que possui atualmente 25 Serviços de Referência — 123 124 equivalente a 77,7% das regiões de saúde. Destacando que Nas localidades que não há serviço de referência pactuado na região, os hospitais integrantes do SUS que compõem 125 a rede de urgência e emergência do Estado, deverão acolher e realizar atendimento 126 127 integral, emergencial e multidisciplinar à pessoa conforme preconizado no protocolo, a fim 128 de minimizar agravos físicos e psicológicos resultantes da violência sofrida. Com relação



129 aos Serviços de Referência para Interrupção de Gravidez Prevista em Lei, Carla indicou que há 04 Serviços de Referência para esse tipo de atendimento, sendo estas: 130 131 Macrorregião Leste: Hospital de Clínicas/Universidade Federal do Paraná — HC, no município de Curitiba; Macrorregião Oeste: Hospital Universitário do Oeste do Paraná -132 133 HU, no município de Cascavel; Macrorregião Norte: Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná – HU, no município de Londrina; Macrorregião Noroeste: Hospital 134 135 Universitário Regional de Maringá – HU, no município de Maringá. Em seguida, Carla destacou a importância de se debater a prevenção das violências, pois estas geram um 136 137 alto impacto sobre a qualidade de vida e sobre a morbidade e mortalidade da população, diminuindo a expectativa de vida de adolescentes e jovens, além de produzir altos custos 138 sociais, econômicos, familiares e pessoais. A Cultura de Paz foi apresentada com os 139 140 seguintes tópicos pela Carla: A atuação conjunta e articulada dos diversos profissionais da rede, é de suma importância para efetivar o cuidado das pessoas em situações de 141 violências; Transformar a realidade na direção de uma cultura não violenta, visando a 142 143 garantia do pleno desenvolvimento de adolescentes e jovens de forma digna, saudável e protegida; Papéis que a pessoa pode assumir em relação às violências na sociedade — 144 autor, vítima ou testemunha. Um novo papel frente ao fenômeno das violências começa a 145 ser reconhecido, o de agente da paz. Em outras palavras, quando a pessoa tem a 146 147 oportunidade de desenvolver as suas potencialidades individuais e habilidades sociais, 148 torna-se capaz de desempenhar um papel de protagonista na promoção de uma cultura 149 de paz e prevenção das violências. Por fim, Carla apresentou os Referenciais — Políticas 150 e Planos Nacional e Estadual — e agradeceu a atenção durante a apresentação, abrindo 151 assim, para quaisquer perguntas. Mariana perguntou se existe um fluxo estabelecido em todo o Estado, Regionais ou Secretarias Municipais em relação aos Serviços de 152 Referência de Interrupção de Gravidez. A fim de contextualização, Mariana indicou que 153 154 recebeu de Ponta Grossa uma demanda de uma mulher que buscou a interrupção da gestação, onde foi oficiada a Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa e obteve 155 156 resposta de que era necessária a judicialização para a realização do aborto legal. Carla respondeu que há o Protocolo Estadual, mas que este não consegue contemplar todas as 157 situações e questões que envolvem a atenção à violência sexual. Foram realizadas 158 159 orientações e solicitações a equipes microrregionais e regionais para estabelecerem 160 protocolos de atenção regionalizados, sendo uma das maiores dificuldades de que a



161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

informação chegue a todas unidades e seus (suas) profissionais da saúde. Para isso, são realizadas diversas reuniões, eventos e que inclusive, foi realizada uma capacitação em 2021 com mais de 2 mil inscrições e mais de 2 mil visualizações logo no primeiro dia sendo 03 dias de capacitação —, com participação do Ministério Público, Hospital Universitário de Maringá, a equipe do Hospital de Francisco Beltrão e demais participantes. Inclusive houve a participação da SESA em uma Mesa Redonda no Hospital de Ponta Grossa — que se tornou um dos serviços de referência. Carmen também destacou as dificuldades quanto às questões de informações, principalmente neste caso que envolve as pessoas em serviço com toda sua formação pessoal, confundindo suas formações pessoais com a Lei — não sendo exclusivo de profissionais de saúde, mas também de juízes e promotores fazendo a mesma 'confusão'. Portanto, Carmen afirmou que as ações devem ser voltadas ao reforço dessas informações cotidianamente e capacitações permanentes quanto ao tema e suas leis, reforçando que os órgãos governamentais facilitem as informações, como por exemplo, as emergências como um todo devem estar no cotidiano dos serviços. Além disso, que a SEJUF disponibilize as informações pertinentes no site do COPEAS, pois é um dos locais de procura das pessoas em situação de abuso e violência sexual. Evlin acrescentou que a SEJUF tem disponibilidade de confeccionar esses cartazes informativos em parceria com o CIAMPRua, pois já havia a elaboração de cartazes de abuso sexual de mulheres em situação de rua, necessitando uma maior abrangência quanto ao tema que se alastra em diversas áreas, buscando a participação de outros âmbitos — não somente Estadual. Em seguida, Vera solicitou que os materiais da apresentação fossem socializados com todas (os). Carla respondeu que os materiais seriam disponibilizados por e-mail para todas (os) e que existe uma capacitação (03 dias) disponível na plataforma do Conselho Regional de Medicina. Carmen sugeriu que seja composta uma comissão para trabalhar — em conjunto com a Evlin — a questão da elaboração de cartazes para circulação das informações. Carmen sugeriu que o nome do grupo fosse: 'Grupo de Informação Sobre Violência Sexual' — sem ressalvas, o nome do grupo foi aprovado. A composição do grupo foi definida da seguinte forma: Evlin; Carmen; Rosineide; Carla e Mariana. Evlin indicou que criaria o grupo para tratar do tema depois das Eleições, pois agora não seriam aprovadas as confecções de cartilhas, eventos e demais materiais que necessitem de verbas. Evlin sugeriu também que seja feito em parceria com o CEIM para ser



193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

disponibilizado para os (as) estrangeiros (as). Vera solicitou sua participação no Grupo de Trabalho do Regimento Interno. Carla indicou que a proposta de apresentação da SESA era de que cada Secretaria/Instituição também se apresentasse para contribuir com novas ideias, expandindo os trabalhos do Conselho. Visto isso, Evlin sugeriu que seja feita uma apresentação, mesmo que seja de suas próprias funções, para buscar parcerias e maior efetividade das atividades do Conselho. A sugestão de apresentações foi aprovada. A SEED se disponibilizou a apresentar em Outubro, no dia 14. Carmen sugeriu que poderia apresentar um trabalho sobre a gravidez resultante em estupro em menores de 14 anos em que a Rede Feminista inicialmente fez para o Paraná e depois para todo o Brasil será apresentado no dia 28 de Setembro. Gilberto indicou que apresentaria pela ACTEP em novembro, dia 16. Gisele indicou que no dia 14 de dezembro o Instituto Inocência fará a apresentação. 7. Informes Gerais: Andreia informou que seria feita a substituição da conselheira do DEDIF, que anteriormente era a Maria Eduarda e agora seria a Evlin aquardando apenas o Decreto, portanto Evlin estava apenas como convidada. Além disso, Andreia informou que foi até a Central de Viagens da própria SEAP e foi explicado que os cartões não foram produzidos por falta de plástico, sendo um erro do próprio Banco do Brasil e que deveria ser aguardada a resolução do banco quanto ao tema. Evlin complementou que foi na Central de Viagens e solicitou urgência para a confecção dos cartões, pois outros setores conseguem prioridade e o DEDIF fica na espera. Edna destacou a importância do cartão vir logo, pois sem ele a participação do Interior fica extremamente limitada e a participação fica retida em Curitiba. 8. Encerramento: Em conclusão, Andreia agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.